

Além dos serviços afetados, como a coleta de lixo, que tem gerado acúmulo de resíduos nas residências, logradouros e estabelecimentos comerciais, o transporte escolar e de pacientes, bem como o setor de serviços públicos, o decreto n° 4653 se refere “às tentativas infrutíferas de acordo e conversação” com a coordenação do movimento.

Segundo o documento, a decretação de emergência se justifica, ainda, pela necessidade de restabelecimento dos serviços públicos, que “são imperiosos para o atendimento da população” por parte do poder público. O decreto tem validade pelo prazo que durar a paralisação dos funcionários e autoriza a administração municipal a requisitar meios, contratar serviços e adquirir materiais necessários à execução de ações voltadas ao interesse público.